

ANC - CPEC
X

uu
CONSTITUINTE

22 FEV 1986

O GLOBO

Comissão propõe que seja cassado Deputado que trair seus eleitores

BRASILIA — Cassar o mandato do Deputado infiel aos princípios da campanha por meio de um plebiscito entre os eleitores e dar à sociedade a oportunidade de apresentar projetos ao Congresso e Assembléias, prescindindo da figura do Deputado, mediante reunião de assinaturas. São alguns dos novos direitos a serem propostos pelo Comitê dos Princípios Fundamentais da Ordem Constitucional ao plenário da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, para inclusão no anteprojeto da nova Carta.

O coordenador do grupo, professor Cândido Mendes, explicou ontem que a proposta do Comitê torna também imprescritível e inaniável o crime de tortura e defende a explicitação, na Constituição, do direito de "ombudsman", criando a figura do defensor da sociedade perante o Estado. Outra inovação é o "direito de antena", a concessão de horários e

espaços gratuitos permanentes no rádio, televisão e jornais para divulgação de programas político-partidários, para que a informação partidária não fique restrita ao período de "safra eleitoral".

A seguir, outras propostas do Comitê:

2 — Direito ao "ombudsman": nomeado pelo Presidente da República, com aprovação do Senado, de lista triplíce apresentada pela sociedade, seria um defensor do povo contra os abusos do Estado e da própria sociedade. Teria um mandato de cinco anos.

3 — Direito de "habeas data": representa uma grande inovação, pois insere na Constituição dispositivo assegurando ao interessado acesso a todos os registros e fichas pessoais. Entre elas, a ficha do SNI.

4 — Direito à imagem: pretende garantir a integridade física e moral

do cidadão, determinando a resposta imediata, na mesma gradação e instantaneidade do agravo que lhe for feito em qualquer veículo.

5 — Direito de reunião: a fixação dos locais de reunião pública não mais seria feita pela autoridade policial, mas sim por lei municipal.

6 — Direito à vida e à morte dignas: uma inovação na questão dos direitos individuais. O Comitê propõe, na linha defendida pelo Papa João Paulo II, "a eliminação da transformação das pessoas em zumbis, ligadas a aparelhos", segundo o professor.

Para que a sociedade tenha maior poder de expressão, o Comitê propõe também medidas para evitar a ditadura das cúpulas partidárias, como a determinação de que dez a 15 por cento dos diretórios dos partidos sejam compostos pelas minorias e que estas tenham direito a apresentar candidatas.